

DO ARMÁRIO

MIGUEL VALE DE ALMEIDA ¹⁾

"armário" é a mais conhecida metáfora dos problemas subjectivos, sociais e políticos da homossexualidade enquanto categoria de identidade e de discriminação.

"Estar no armário" significa não ter assumido perante os outros a sua orientação sexual; "sair do armário" significa fazê-lo e assim estabelecer um ritual performativo que simultaneamente reins-titui o sujeito enquanto homossexual e obriga o entorno social a reconhecer a existência de (mais) um ou uma homossexual. Neste sentido, a homossexualidade diferencia-se de categorias suas semelhantes - como a "raça" ou o género - pois só tem saliência através do processo de visibilização e pronunciamento. Simetricamente, o sistema homofóbico - um sistema de garantia da heterossexualidade normativa e da dicotomia e assimetria de género, que funciona através das estruturas do parentesco e das representações do corpo sexuado e suas actividades - funciona através da invisibilização e do silenciamento. A sobredefinição da homossexualidade enquanto pecado, crime e/ou doença - e aqui invoco Foucault, naturalmente - mais não seria do que a consequência lógica, ainda que aparentemente paradoxal, do funcionamento daquele sistema.

O homossexual (ou a lésbica - mas, e devido às especificidades da segunda categoria, atravessada também pelo eixo da subalternidade de género, concentro-me na primeira) não "nasce para"

1) Antropologia ISCTE e CEAS - -mvda@netcabo.pt

uma realidade social já feita para o receber, ao contrário do "negro" ou do "branco", da mulher ou do homem. Ele nasce para a impossibilidade de ser e nasce para cumprir um projecto de subjectificação enquanto heterossexual. A garantia de sucesso do projecto, ao nível das representações aprendidas no processo de socialização, é dada por aquilo que Éribon chamou o "insulto": para o futuro homossexual não existem homossexuais à sua volta, mas existe um fantasma - a homossexualidade - apresentada como figura condenável e condenada. O processo de subjectificação é, pois, também um projecto de sujeição. A transformação do desejo numa identidade dar-se-á apenas na medida em que o indivíduo encontre semelhantes. Esse encontro será revestido, de início, de uma aura de clandestinidade, que pode conduzir a uma "vida dupla" - o "armário". É claro que estas reflexões reportam-se quer às sociedades ocidentais, quer ao período moderno e contemporâneo. Sociedades e períodos estes que viram surgir identidades sociais gay e lésbicas, na esteira das transformações nas relações de género e da mudança de paradigma inaugurada pelo feminismo - quer enquanto teoria, quer enquanto movimento. Hoje, e graças ao movimento gay e lésbico - doravante LGBT⁽²⁾ - a invisibilidade e o silêncio não são absolutos, o insulto é vigiado, e a heterossexualidade normativa não se apresenta como hegemónica face a pessoas assumidas, a casais e a famílias de pais e mães gay e lésbicas com filhos. A possibilidade de ser passou a existir, ainda que timidamente.

Um longo introito para dizer algo de muito simples: que escrever este depoimento, enquanto antropólogo, sobre a minha experiência no movimento LGBT português, é escrever sobre a minha experiência enquanto sujeito posicionado "fora do armário". Enquanto sujeito que escolheu dizer, e enquanto cidadão engajado que sabe que dizer e mostrar são, no campo da orientação sexual subalterna, os verdadeiros instrumentos políticos para a crítica e transformação

do sistema homofóbico, para a obtenção de igualdade de direitos e para a famigerada transformação de mentalidades. A minha participação no movimento social LGBT começou com a minha "saída do armário" quando era estudante de mestrado em Binghamton, EUA. Aí participei no grupo de activistas LGBT da universidade, grupo esse que tinha todas as características que ainda hoje marcam este movimento social como específico: a dinâmica de grupo de auto-ajuda não tem fronteiras claras com a dinâmica de *consciousness raising*, a qual por sua vez não tem fronteiras claras com o activismo político pela igualdade de direitos.

De regresso a Portugal, seria necessário esperar pelos anos 90 para assistir ao surgimento de um verdadeiro movimento LGBT português. Este nasce a partir de duas realidades patentes em muitos outros países: a crise da sida e o carácter global da cultura LGBT. A crise da sida havia levado a uma reformulação profunda do movimento gay dos anos 60 e 70, intimamente associado a formas de problematização e luta oriundas do movimento negro e do movimento feminista. A crise da sida (mais ainda do que o triângulo rosa nos campos de concentração nazi) criou uma consciência trágica que empurrou os activistas no sentido quer da reinvenção de estilos de vida, quer da exigência de direitos civis e de reconhecimento que conduzissem a uma integração da vivência homossexual no *mainstream* da diversidade das sociedades contemporâneas. Quanto ao carácter globalizado do movimento, tal prende-se com o facto de as formas de socialidade LGBT serem facilmente mediatizáveis e transformáveis em produtos culturais e de consumo, e com o facto de uma minoria demográfica e social de um qualquer Estado-nação procurar identificações transnacionais em torno da sua condição - que não é étnica, nem linguística nem localizada. Tal não descarta, todavia, a necessidade de adaptar as formas de luta aos contextos culturais locais, algo em que muitos movimentos LGBT nacionais têm falhado.

No Portugal dos anos 90, dois grupos ganharam visibilidade. Por um lado o GTH (grupo de trabalho homossexual do PSR), por outro a Associação ILGA-Portugal, para cuja constituição teve peso a experiência de alguns activistas na Associação Abraço. Tenho verificado que estas duas "linhagens" ainda hoje se ramificam em duas

atitudes de fundo sobre o movimento social LGBT³⁾. A primeira inspira-se na Gay Left dos anos 60 e 70 e numa crítica radical - e filo-separatista - do patriarcado e da heteronormatividade, a segunda na experiência pós-traumática da sida e no desejo de integração social através da obtenção de igualdade de direitos. A primeira é também aquela que hoje demonstra mais empatia com as perspectivas *queer* de desconstrução da categoria da orientação sexual e a segunda a que está em maior sintonia com a tendência política para o reconhecimento da conjugalidade e parentalidade LGBT.

O movimento LGBT português teve um desenvolvimento surpreendente na viragem do milénio e nos primeiros anos da década de 2000, em parte graças à capacidade de articulação entre associações no sentido da visibilização (na Marcha ou no Arraial Pride), em parte graças à articulação com outros movimentos sociais, por exemplo no âmbito do Fórum Social. Confronta-se, todavia, e até hoje, com alguns problemas significativos. O primeiro será a própria estrutura familiar e sexual da sociedade portuguesa: a negação da importância do espaço público e a valorização das redes familiares e de amizade, tem reproduzido uma enorme dificuldade nos processos de "saída do armário", às vezes dos próprios dirigentes e activistas. Sem visibilidade - sem mais pessoas dando a cara em todas as esferas de interacção - o movimento não crescerá e a homofobia não diminuirá. O segundo tem a ver com o facto de, nestas circunstâncias, as causas LGBT correrem o risco de serem veiculadas por partidos políticos (ocupantes quase hegemónicos do espaço público e da "sociedade civil" em Portugal), com duas agravantes: apenas o(s) situado(s) mais à esquerda pode fazê-lo dado o centrismo moralmente aflito e tímido dos partidos do arco do poder (ao contrário do que aconteceu

3) O GTH já não existe, mas a sua marca está presente nas Panteras Rosa. A Opus Gay, apesar do espaço mediático que consegue ocupar, não se "filia" em nenhuma destas tendências, sendo mais o produto do voluntarismo pessoal de um pequeno grupo. A rede *ex-aequo* é um significativo movimento de apoios de e para jovens do secundário e do superior, mas sociologicamente não parece ser o cadinho da geração seguinte de activistas "adultos". O movimento conta ainda com vários grupos localizados, como a Não te privas em Coimbra e com uma associação lésbica, o Clube Safo, e uma associação transgénero a At, para além, claro, de espaços culturais (como a Associação Janela Indiscreta) e de redes virtuais, com sites e blogues na Internet. Aparte os espaços lúdicos, a realidade urbana lisboeta não conta com uma geografia LGBT visível à maneira da Chueca de Madrid, do Marais de Paris ou locais semelhantes espalhados pelo mundo. Por uma questão de transparência, o autor deste texto é sócio da Associação ILGA-Portugal.

em Espanha); e, paradoxalmente e ao invés do que seria desejável - os partidos subscreverem as reivindicações do movimento - o que parece passar nos media e na opinião pública é um suposto controleurismo partidário do movimento (algo que a minha experiência me diz não existir de todo, bem pelo contrário, se se pensar na resistência cultural à agenda LGBT nos partidos, mesmo nos que teoricamente a subscrevem). O terceiro problema é a muito escassa adesão militante e activista ao movimento. As associações dependem da dedicação de muito poucas pessoas, se comparadas com a comunidade visível (e sem que a devamos confundir com a maioria dos gays e lésbicas, justamente os e as que não frequentam os espaços lúdicos e de consumo). Se este é um problema que afecta a maioria dos movimentos sociais, torna-se mais grave num movimento que representa uma minoria demográfica e a minoria social por excelência, se se considerar os efeitos do sistema homofóbico. Esta pequenez de escala e limitação ao crescimento exponenciam ainda os conflitos inter-associativos, muitas vezes fulanizados. Mesmo assim - e isto também se aplica aos outros movimentos - os instrumentos e as linguagens do sistema dos *media* permitem que pequenos grupos tenham visibilidade e audiência. Neste campo, o movimento LGBT tem que jogar sempre no difícil equilíbrio entre "dar-se a ver" e ter que ver essa visibilidade interpretada pelos públicos de modo voyeurista e confirmador de estereótipos negativos⁴⁾. A facilidade da manipulação - no sentido neutro da palavra - do espaço mediático é contraditória por outras razões: se os *media* visibilizam certas acções e reivindicações, já omitem outras, ou interpretam-nas homofobicamente⁵⁾. Por outro lado, o espaço mediático é acessível por activistas *free lance*, cuja agenda pode ser contraproducente com a do movimento em geral, por ignorância política ou oportunismo pessoal.

*Miguel
Vale de
Almeida*

4) E injustos: um dos alvos são as pessoas transgênero, quando não só as suas identidades e direitos são legítimos, como historicamente estiveram na linha da frente de combates pelos direitos LGBT, como nos eventos fundadores de Stonewall, na Nova Iorque dos anos 60.

5) Veja-se os exemplos recentes da lei sobre procriação medicamente assistida, que discrimina claramente as mulheres solteiras e as lésbicas; ou do assassinato da transexual Gisberta Salce Júnior ou o tratamento dado ao caso Casa Pia, reproduzindo associações entre pedofilia e homossexualidade.

Que pode o movimento LGBT português esperar para o futuro próximo? E que pode a sociedade portuguesa dele esperar? Se virmos bem, os maiores sucessos desde a descriminalização da homossexualidade em 1982 prendem-se todos com a capacidade para levar avante uma agenda de transformações legislativas que se sabe serem geradoras de mudança de mentalidades e de paradigma: as uniões de facto (apesar da discriminação em relação à adopção, por comparação com os unidos de facto heterossexuais); a introdução da categoria "orientação sexual" no artigo 13º da Constituição; ou a revisão do Código Penal onde ainda se legitimava uma idade de consentimento diferente para hetero e homossexuais. Nesta linha, a reivindicação pela igualdade no acesso ao casamento civil, com todas as consequências incluindo a adopção (e à semelhança do que aconteceu na Espanha, exemplo ainda mais perfeito que os da Holanda, Bélgica, Canadá, Massachusetts e África do Sul) é a reivindicação-chave do ponto de vista legislativo e a que mais efeitos secundários (no bom sentido) pode ter. É também aquela com mais ecos ao nível internacional, pelo seu carácter de complemento do projecto liberal da igualdade de direitos dos cidadãos, na esteira do direito ao voto para as mulheres ou da abolição das discriminações raciais. O cumprimento da igualdade é mais relevante do que supostos elogios da "diferença" (sobretudo quando esta serve de ventríloqua da desigualdade), do que falsas soluções de meio-caminho (elas mesmas denotadoras da sobrevivência da homofobia institucional e tantas vezes da homofobia interiorizada e inconsciente de alguns activistas), ou do que fundamentalismos utópicos em torno da abolição do género, da orientação sexual ou das formas institucionais segundo as quais, neste momento histórico, se regulam as uniões entre pessoas e a parentalidade. Paralelamente, o trabalho cultural - visibilidade e representações, *role models* nos *media*, educação anti-homofóbica, agências de apoio, nichos de mercado, cursos universitários, etc - também compete aos movimentos sociais, mas em articulação com outras esferas da vida social, da iniciativa privada, associativa e pública.

Ao longo deste anos de activismo tenho assistido à abertura do armário. Mas a porta do dito abre-se lentamente, range, solta-se das dobradiças ferrugentas, e a madeira está bastas vezes corroída.

Tenho assistido à minha volta a histórias de puro horror - do suicídio adolescente, à violência familiar, passando pela chantagem laboral, pela miséria psicológica, pelo medo, a coacção, a violência simbólica do insulto, o não-reconhecimento, a frustração amorosa, sexual, familiar, parental, e terminando no não reconhecimento das pessoas, dos casais, e das famílias pelo Estado. Mas a porta está (entre)aberta.

*M i g u e l
V a l e d e
A l m e i d a*